

Falta consenso para renegociar

Recursos para o exterior impedem Bracher de formalizar proposta

Transferências reais na economia Brasileira US\$ milhões

ANO	Exportações Bens e Serv. não Fatores	Importações Bens e Serv. não Fatores	Hiato de Recursos	Hiato de Re- cursos em US\$ de 1904	PIB US\$ milhões	TAXA MEDIA COMPRA	PIB US\$ milhões	3/1	3/7
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)				
1955	1.514	1.395	119	161	885,4	0,040	22.135	0,08	0,005
1956	1.598	1.425	173	869	1.132,7	0,044	25.743	0,11	0,007
1957	1.535	1.894	-159	-189	1.394,3	0,048	29.049	-0,10	-0,005
1958	1.352	1.551	-199	-716	1.679,0	0,073	23.000	-0,15	-0,008
1959	1.383	1.574	-191	-680	2.304,3	0,097	23.756	-0,14	-0,008
1960	1.426	1.734	-308	-1.081	3.206,1	0,117	27.403	-0,22	-0,011
1961	1.571	1.696	-125	-434	4.749,1	0,177	26.825	-0,03	-0,005
1962	884	1.164	-289	-962	7.776,8	0,383	20.905	-0,32	-0,014
1963	1.490	1.555	-65	-220	14.127,7	0,778	18.206	-0,04	-0,009
1964	1.537	1.318	219	735	27.461,4	1,120	24.510	0,14	0,021
1965	1.732	1.229	503	1.660	44.073,1	1,874	23.518	0,29	0,023
1966	1.852	1.846	206	660	63.746,1	2,200	28.975	0,11	0,023
1967	1.789	1.804	-15	-47	86.171,0	2,648	32.542	-0,01	-0,000
1968	2.035	2.292	-257	-767	122.430,6	4,049	39.785	-0,13	-0,007
1969	2.524	2.528	-4	-11	161.300,3	4,564	42.969	-0,06	-0,004
1970	2.993	3.172	-179	-479	196.110,4	5,254	49.696	-0,27	-0,017
1971	3.175	4.030	-855	-2.198	261.102,1	5,899	58.485	-0,22	-0,016
1972	4.272	5.202	-930	-2.308	345.001,2	6,087	79.405	-0,15	-0,012
1973	6.596	7.577	-981	-2.297	483.340,3	6,750	104.886	-0,73	-0,059
1974	8.471	14.678	-6.207	-13.095	707.977,5	8,080	124.960	-0,53	-0,039
1975	9.376	14.309	-4.933	-9.573	1.009.673,6	10,613	153.127	-0,34	-0,024
1976	10.797	14.475	-3.678	-6.712	1.625.134,4	14,065	176.806	-0,09	-0,007
1977	12.842	14.020	-1.178	-2.017	2.486.769,8	17,978	209.360	-0,18	-0,011
1978	13.467	15.865	-2.398	-3.818	3.763.867,0	26,675	236.617	-0,29	-0,020
1979	16.101	20.841	-4.660	-6.667	6.311.762,0	52,605	250.239	-0,25	-0,021
1980	21.317	26.606	-5.289	-6.670	13.163.817,0	92,886	275.949	-0,04	-0,004
1981	24.875	25.876	-1.001	-1.144	25.631.771,9	179,468	283.144	-0,09	-0,007
1982	21.432	23.300	-1.868	-2.011	50.815.295,2	577,359	208.306	0,21	0,024
1983	23.197	18.295	4.902	5.112	120.267.535,0	1833,452	211.059	0,42	0,056
1984	28.528	16.687	11.841	11.841	386.767.408,6				

ADEMAR SHIRAISHI
Da Editoria de Economia

Nunca houve tamanha sangria de recursos para o exterior como nos últimos anos. Esse argumento impede o consenso interno em torno da posição brasileira para renegociar a dívida externa do País com os banqueiros internacionais e, nos encontros de quinta e sexta-feira, em Nova Iorque, com os membros do comitê de assessoramento dos bancos credores, o presidente do Banco Central, Fernal Bracher, ainda não terá condições de apresentar qualquer proposta formal para a renegociação definitiva da dívida, mas apenas para a nova prorrogação do acordo provisório de rolagem dos compromissos vencidos desde o início deste ano.

Após a aprovação do "pacote fiscal" no Congresso Nacional, a área econômica do Governo dispõe dos instrumentos para o ajuste interno da economia e também passou a contar com os elementos básicos para a retomada das conversações com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Mas o Governo ainda precisará convencer os diversos segmentos da sociedade de que atende aos interesses nacionais a decisão de não mais pedir dinheiro novo e ainda pagar os juros integrais da dívida, no período de abrangência da fase 3 de renegociação da dívida.

Dados sobre as transferências reais de recursos externos na economia brasileira nos últimos trinta anos mostram que (veja quadro) nestas três décadas, apenas em três momentos o Brasil efetuou remessas líquidas ao exterior. Pior ainda é que esses momentos coincidiram com períodos de instabilidade político-institucional.

No biênio 1954/55, o País enviou ao exterior US\$ 119 milhões, no primeiro ano (US\$ 461 milhões de dólares de 1984), e US\$ 173 mi-

lhões, no segundo (US\$ 660 milhões em valores atualizados) e conviveu com a agitação política decorrente da declaração de impedimento do presidente Café Filho pelo Congresso Nacional.

Menos de dez anos depois, a economia brasileira enfrentou nova crise, com a remessa líquida ao exterior de US\$ 219 milhões (atualizados, US\$ 795 milhões) e em 1964 foi deposto o presidente João Goulart. A deterioração do quadro econômico, sobretudo após a crise financeira internacional de 1982, também contribuiu para o fim do regime militar, vinte anos depois da fase anterior de evasão de recursos líquidos para o exterior.

A transferência real de recursos não passou de 0,09% do PIB em 1964 para 2,4% em 1983 e chegou ao recorde de 5,6% no ano passado. Essa sangria pesou na decisão do ex-presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, de evitar precipitação no fechamento da fase 3 de renegociação e, em abril último, provocou o afastamento do então diretor da área externa do BC, Sérgio de Freitas.

CLUBE DE PARIS

O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, concedeu, conforme despacho publicado no **Diário Oficial** de ontem, aval da União para o BC formalizar o reescalonamento do principal e de parte da dívida de US\$ 255 milhões junto a agências governamentais italianas — Sezioni Speciali Assicurazioni Crediti All'Esportazione (Sace) e Morgan Grendelf & Co. Limited — vencida entre agosto de 1983 e dezembro de 1984.

O acerto do BC com as autoridades italianas faz parte da renegociação global de 1984 da dívida do Brasil com os governos dos principais países credores, no âmbito do Clube de Paris. De acordo com a renegociação global, o BC pagará a dívida reescalada em nove anos, com cinco de carência.